CÓDIGO DE ÉTICA DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA – PRESSEM





SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO	3
2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	3
3. MISSÃO, VISÃO E VALORES	3
4. CONDUTA ÉTICA NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES	4
4.1 DEVERES	
4.2 DIREITOS	
5. CONFLITOS DE INTERESSE	5
6. ÉTICA NAS APLICAÇÕES E RELAÇÕES COM FORNECEDORES .	5
7. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO E A COMUNIDADE	6
8. INFORMAÇÕES PARA A MÍDIA	6
9. AMBIENTE DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	6
10. FISCALIZAÇÃO E DENÚNCIAS	6
11. COMITÊ DE ÉTICA	7
11.1 COMPOSIÇÃO	
11.2 MANDATO	
12. SANCÕES E DISPOSICÕES FINAIS	7





1. APRESENTAÇÃO

O presente Código de Ética tem como finalidade estabelecer os princípios, valores e normas de conduta que devem orientar as atividades dos agentes públicos vinculados ao Regime de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Boa Vista – PRESSEM, garantindo a observância dos preceitos constitucionais e legais, a integridade institucional, a boa governança e a excelência na prestação de serviços previdenciários.

Este Código de Ética se aplica a todo corpo funcional e a todos que tenham relações diretas e indiretas com o PRESSEM. Sua leitura e plena compreensão devem ser encaradas como tarefa essencial para a prestação dos serviços e execução de todas as atividades deste Regime de Previdência.

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

As atividades desenvolvidas no âmbito do PRESSEM serão regidas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, responsabilidade, integridade, transparência e equidade. Tais princípios deverão ser observados por todos os servidores, colaboradores e membros de comissões e conselhos.

3. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Este Código de Ética se baseia na missão, visão e valores definidos no planejamento estratégico do PRESSEM, que devem ser assumidos por todo corpo funcional, a fim de que conduzam suas práticas orientados e motivados, respeitando-se o seguinte:

Missão: Garantir aos segurados do Regime Próprio de Previdência Social e aos seus dependentes os benefícios previdenciários estabelecidos na Constituição Federal – CF e nas leis que disciplinam o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Boa Vista – PRESSEM.



3



Visão: Ser a instituição de previdência social de excelência na prática de gestão pública sustentável com a participação, compromisso e respeito aos seus segurados.

Valores: Ética, Respeito, Competência, Compromisso, Solidariedade, Justiça Social, Transparência, Sustentabilidade, Conhecimento, Honestidade, Responsabilidade Social.

4. CONDUTA ÉTICA NO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES

4.1 DEVERES

- I Cumprir e fazer cumprir o disposto nas resoluções, nos Regulamentos, neste Código de ética e nos demais normativos internos deste RPPS;
- II Contribuir para a permanente higidez econômica, financeira e administrativa;
- III Os servidores e colaboradores devem tomar decisões com base em critérios técnicos, boa-fé, prudência e isenção.
- IV Devem atuar com imparcialidade, evitando discriminações de qualquer natureza, mantendo urbanidade e respeito em todas as relações profissionais.
- V Preservar o sigilo de informações internas, respeitando os limites legais de publicidade e acesso à informação.
- VI Não promover e nem tolerar qualquer violação de lei ou regulamento na condução de suas atividades e na prestação de serviços, além de cumprir com a responsabilidade social corporativa e sócio ambiental.
- VII Cooperar integralmente com órgãos reguladores/fiscalizadores e auditorias independentes.
- VIII Espera-se que o servidor atue com presteza, eficiência e foco na resolução célere e qualificada das demandas da população segurada.

4.2 DIREITOS

São direitos dos gestores, servidores, membros de colegiado e demais colaboradores:

I - executar suas atividades em ambiente adequado, com boa salubridade, que preserve sua integridade física, moral, mental e psicológica e o equilíbrio entre a vida profissional e familiar;



Rua Prof. Agnelo Bitencourt, 361 - Centro Fone: (95)98400-2429 - CEP: 69.301-430 - Boa Vista - Roraima Site: www.boavista.rr.gov.br - E-mail: Pressem@hotmail.com



II - ser tratado com equidade nos processos administrativos do RPPS, bem como ter acesso às informações a eles inerentes.

 III - participar de atividade de capacitação e treinamento necessárias aos exercícios de suas atividades e funções, respeitadas as previsões contratuais e normativas;

IV - estabelecer livre diálogo com os colegas e superiores, podendo expor ideias, pensamentos e opiniões, inclusive para discutir aspectos controversos em instrução processual;

V - ter respeitado o sigilo de informações de cunho pessoal, que somente lhe digam respeito, inclusive médicas, ficando restritas somente ao próprio servidor e ao pessoal responsável pela guarda, manutenção e tratamento dessas informações;

VI - manifestar-se sobre fatos que possam prejudicar seu desempenho ou sua reputação;

VII - ter conhecimento do teor da acusação e vista de eventual processo administrativo, quando estiver sendo alvo de investigação;

VIII – manifestar nas redes sociais ou aplicativos telefônicos comentários que julgar pertinentes e que estejam em defesa de seus direitos, respeitando os limites de sua competência e a imagem do Órgão previdenciário;

5. CONFLITOS DE INTERESSE

É dever de todos os agentes públicos evitar situações que possam configurar conflito de interesses entre suas atribuições institucionais e interesses pessoais ou de terceiros. Em casos de dúvida, deverá ser solicitado parecer ao Comitê de Ética ou à autoridade competente, com vistas à adoção da conduta mais prudente.

6. ÉTICA NAS APLICAÇÕES E RELAÇÕES COM FORNECEDORES

As decisões relacionadas a investimentos e aplicação de recursos previdenciários devem observar os princípios da legalidade, transparência, equidade, responsabilidade e segurança. Os critérios utilizados na contratação de fornecedores devem ser objetivos, técnicos e transparentes, vedando-se favorecimentos pessoais ou institucionais indevidos.



5



7. RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO E A COMUNIDADE

O atendimento aos segurados, pensionistas e demais partes interessadas deve pautar-se pela urbanidade, cortesia, empatia e equidade. Toda manifestação do público, incluindo sugestões, críticas e reclamações, deverá ser acolhida como oportunidade de melhoria institucional. O uso da posição pública para manifestações de cunho político, ideológico ou pessoal é vedado no exercício das funções institucionais.

8. INFORMAÇÕES PARA A MÍDIA

O relacionamento com a imprensa é mediado por profissional destacado para esta finalidade e balizado pelo respeito a fatos e fontes. Apenas servidor autorizado pode falar com a imprensa em nome do PRESSEM.

O Gabinete da Presidência é a área responsável por preparar e intermediar o relacionamento entre os colaboradores e a mídia, mediante autorização prévia da Presidência.

Caso o servidor tenha conhecimento de informações que entenda incorretas ou que possam gerar imagem negativa do PRESSEM através da mídia, deve comunicar ao Gabinete da Presidência para apreciação e providências.

9. AMBIENTE DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

O ambiente de trabalho deverá ser caracterizado pelo respeito mútuo, colaboração, organização e espírito de equipe. Todos os servidores devem zelar pela manutenção de um clima organizacional saudável, respeitando hierarquias e promovendo a cooperação.

A qualificação contínua será estimulada e valorizada, sendo dever dos gestores incentivar a participação em programas de capacitação e desenvolvimento profissional.

10. FISCALIZAÇÃO E DENÚNCIAS

Todos os agentes públicos devem colaborar com as atividades de fiscalização interna e externa. Denúncias de atos irregulares, assédio, corrupção ou outras condutas antiéticas devem ser formalizadas aos canais competentes, com garantia de confidencialidade e proteção ao denunciante de boa-fé.



6



Será instituído um Comitê de Ética com competência para orientar, receber denúncias, investigar fatos e promover a cultura ética no órgão.

11. COMITÊ DE ÉTICA

O Comitê de Ética tem por finalidade promover a ampla divulgação e o conhecimento deste Código de Ética, zelar pelo cumprimento e execução do que é nele disposto.

11.1 COMPOSIÇÃO

Será composto por 3 (três) servidores em exercício no PRESSEM, de reconhecida experiência profissional e idoneidade moral, designados através de Portaria pela Presidência, sendo:

- 1 (um) indicado pelo Presidente do PRESSEM:
- 1 (um) indicado pela Diretora de Benefícios Previdenciários DBPV;
- 1 (um) indicado pela Diretora de Administração e Finanças DAFI.

11.2 MANDATO

Os Membros do Comitê terão mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida uma única vez a recondução consecutiva de quaisquer de seus membros.

12. SANÇÕES E DISPOSIÇÕES FINAIS

O descumprimento deste Código poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, cíveis ou penais, conforme a gravidade da infração, nos termos da legislação vigente. Este Código deverá ser amplamente divulgado, revisado periodicamente e utilizado como referência em treinamentos e práticas institucionais. Dúvidas sobre sua interpretação e aplicação devem ser encaminhadas ao Comitê de Ética.

